

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



**São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012**

COMANDOS VEICULADOS NO LIVRO DIDÁTICO:

A SOBERANIA DO ATO DIRETIVO

Jorge dos Santos Cruzⁱ

Jaqueline dos Santos Nascimentoⁱⁱ

Simone dos Santos Fernandesⁱⁱⁱ

Leilane Ramos da Silva^{iv}

EIXO TEMÁTICO: Estudos da Linguagem

Resumo:

A par da máxima acional de que “dizer é fazer”, o presente trabalho se volta para a classificação dos atos de fala encontrados na seção de interpretação de texto da coleção “Português: Ensino Médio”, adotada na rede pública de Itabaiana/SE. Para dar conta de tal proposta, tomamos como base teórica os postulados de Austin (1962) e Searle (1969, 2002), principalmente aqueles relacionados à classificação dos atos ilocucionários. A análise até então realizada permitiu a identificação de 160 atos diretivos, 38 atos assertivos/diretivos e 2 atos declarativos e diretivos, correspondentes a 80%, 19% e 1%, na seção ora em observação, dados que evidenciam o caráter institucional-diretivo do livro didático, na medida em que este prevê e comanda uma linha de atuação futura a ser desenvolvida pelo aluno, objeto/destinatário das questões nele veiculadas.

Palavras-chave: Atos de Fala; classificação; seção de interpretação de texto.

COMMANDS RUN ON TEXTBOOK: THE SOVEREIGNTY OF THE DIRECTIVE ACT

Abstract:

Being aware of the maximum action that establishes “to say is to do”, this paper turns to the classification of speech acts found in the reading comprehension section of the collection “Portuguese: high school,” adopted by public schools in Itabaiana/SE. To be able to contribute for such proposal, we take as theoretical basis the postulates of Austin (1962) and Searle (1969, 2002), especially those ones related to the classification of illocutionary acts. The analysis until this moment has permitted to identify 160 directive acts, 38 assertive/directive

acts and 2 declarative and directive acts, corresponding to 80%, 19% and 1%, in the session observed, which data show the institutional-directive character of the textbook, in such way that it provides and commands a line of future action to be developed by the student, object/recipient of the issues run on it.

Key-words: Speech Acts; classification; reading comprehension section.

1. Introdução

Os atos de fala são caracterizados pela relação do enunciado (conteúdo proposicional) com uma ação desempenhada no mundo. Assim, qualquer elocução possui ligação com uma ação passada ou busca uma ação futura de algum dos interlocutores.

A teoria que melhor estuda essas relações entre linguagem e mundo é a Teoria dos Atos de Fala (TAF). Ela se apoia nos pressupostos da Pragmática, em que a linguagem deve ser encarada do ponto de vista da enunciação, ou seja, da relação do uso linguístico e seu contexto. Este é essencial na definição dos objetivos em jogo entre os participantes do processo comunicativo.

A par dessa perspectiva teórica, este artigo objetiva, de forma geral, explicar a identificação e classificação inicial de alguns atos de fala extraídos da seção de interpretação de texto do livro *Português: Ensino Médio*, nos volumes 1, 2 e 3.

2. A Teoria dos Atos de Fala (TAF)

A TAF tem suas origens remontadas à filosofia linguística desenvolvida pelos filósofos da escola de Oxford. Seu representante mais conhecido é J. Austin, que em 1962 fez uma análise dos verbos “jurar” e “batizar”, os quais ele considera performativos. Uma das suas principais contribuições para a teoria foi a distinção que fez entre as sentenças constativas e as performativas. Ele argumenta que a sentença performativa já completa uma ação (um ato) no momento em que é enunciada, com formas do tipo *eu prometo...*, *eu ordeno...*, *eu te batizo...*etc. Já os constativos apenas reportam a algo sem o praticar, como em “O dia está lindo”.

Uma das principais máximas usadas na teoria dos atos de fala é a de que “todo dizer é um fazer”. Com isso, pode-se desfazer a divisão entre os constativos e os performativos visto que todo enunciado realiza uma ação, ou seja, a “performatividade se faz presente em todo e qualquer enunciado” (KOCH, 2001). De acordo com essa explicação, uma asserção está

ligada a uma ação passada ou presente. Ao dizer “ganhei na loteria” o locutor está adequando sua linguagem ao ato de ganhar na loteria, comprometendo-se com a verdade.

De acordo com os estudos rotulados de acionais, o que deve ser analisado é o enunciado e não apenas a frase. A frase se entende pela manifestação formal da língua, enquanto o enunciado leva em consideração todo o contexto, que dá significações distintas de acordo com o contexto de interlocução. Por exemplo, “o dia está bonito” quando enunciado por amigo que combinara de ir à praia trata-se de um convite ao passeio. Mas, se dito por um alguém que tinha prometido a um segundo amigo fazer uma cobrança no primeiro dia ensolarado do mês, significaria um aviso ou ameaça. Por isso, pode-se ver que a realização de um ato ou de outro depende muito da situação que está inserida a sentença.

Conforme a TAF existem três tipos de atos: *locucionários*, *ilocucionários* e os *perlocucionários*. O ato *locucionário* consiste na emissão de um falante de acordo com as regras de uma língua. Assim, se o professor fala para a turma: *Responda a atividade da página 36 do livro “Português: Ensino Médio volume 3”*, o locutor tem em mente o significado dessas palavras, sendo esse significado partilhado dentro de uma comunidade linguística.

O ato *ilocucionário* está ligado à determinada força que o falante atribui à emissão, com o objetivo de influenciar o comportamento do interlocutor. Retomando o exemplo utilizado acima, podemos tomar a emissão como uma ordem, um pedido ou uma sugestão, dependendo da forma e da circunstância em que foi empregada tal emissão. No caso da ordem, considera-se que há um grau de hierarquia entre professor e aluno, isto é, há a condição preparatória de hierarquia para que a emissão seja entendida como uma ordem. Pensar essa mesma emissão como uma sugestão seria um caso possível se os alunos estivessem com dúvidas em um assunto e o professor sugere que eles façam a atividade de determinado livro cuja linguagem é mais clara, por exemplo.

E por último temos o ato *perlocucionário*, relacionado aos efeitos produzidos no interlocutor. No caso do nosso exemplo, podemos ter como ato perlocucionário a ação de responder a atividade por parte do aluno, ou simplesmente a ação de ele ignorar a emissão do professor e não fazer nada.

Assim, para todo ato locucionário (emissão de acordo com regras de uma língua), temos uma força ilocucionária (“direcionamento” dado para a compreensão de uma emissão,

como queremos ser entendidos). Para tal ocorrência, Searle (1969, 2002) nos apresenta a seguinte fórmula $F(p)$, onde F é a força (ordem, pedido, ameaça, sugestão, promessa, etc.) e p é a proposição.

É importante destacar que a realização de um ato não consiste na efetivação da ação proposta por ele, mas na sua emissão enquanto ato. Dessa forma, podemos dizer que um pedido é um ato mesmo antes de ser atendido, ou seja, há uma autonomia do ato com relação ao efeito perlocucionário. Como nos lembra Mari (2001, p. 95), “essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de alguma de suas condições e para casos específicos.” Assim, “o efeito perlocucional não influencia em nada no sucesso do ato de linguagem.” (CHABROL, 2001, p.135), o efeito perlocucional influencia na condição de satisfação – noção introduzida por Vanderveken (1988) para dar conta do efeito perlocucional.

Mari (2001) diz que são dois os componentes principais dos atos de fala: o *marcador proposicional* e o *marcador de força ilocucional*. O primeiro diz respeito ao conteúdo da proposição; já o segundo indica a força que é exercida sobre tal elocução, é a força ilocucionária que determina a o modo pelo qual a proposição precisa ser considerada.

Há ainda na TAF a distinção entre os atos de fala diretos e os indiretos. Os *diretos* acontecem quando se usa uma forma linguística que é própria do objetivo desejado. Como exemplo é possível ver o uso do imperativo quando se quer dar ordens e a entonação específica das perguntas quando se tem o desejo de perguntar. Quando a mãe diz ao filho “vá tomar café”, está realizando um ato *direto*.

Com relação ao ato de fala indireto dizemos que são “... casos em que um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de um outro” (SEARLE, 2002, p. 49), como podemos observar no exemplo: *Você pode me passar o sal?*. Nessa sentença temos uma pergunta, porém o que se pretende não é saber se o interlocutor realmente alcança o sal e se tem a capacidade física de passar, mas funciona como um pedido: *Me passe o sal*.

Nesse ponto surge um grande desafio para os estudiosos: saber o que faz com que o interlocutor reconheça a verdadeira intenção do falante. Searle (1969) diz que o reconhecimento explica-se pelas condições de realização do ato – *condições preparatórias*, *condições de conteúdo proposicional*, etc. Para que um ato de fala alcance os objetivos

visados, é preciso que o ouvinte seja capaz de captar a intenção do falante. A mera decodificação da sentença não é suficiente para que tal intenção seja captada.

Por isso, Koch (2001) diz que é através das inferências que se pode interagir eficientemente, pois nenhum texto é capaz de trazer todas as informações que envolvem a situação. A informação que não vem explícita é chamada “informação normal” e as inferências vão servir para preencher essas lacunas para o ouvinte/leitor.

Veremos agora como são classificados os atos de fala de acordo com Austin (1962) e Searle (1969).

2.1- A classificação de Austin (1962)

O mentor da TAF é quem primeiro desenvolve uma classificação dos atos ilocucionários, estabelecendo cinco tipos: *vereditivos*, *exercitivos*, *compromissivos*, *expositivos* e *comportativos*. Apresentando de forma resumida, temos:

- *Vereditivos*: “consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir.”
- *Exercitivos*: “consistem em proferir uma decisão favorável ou desfavorável a certa linha de ação ou advogá-la...”
- *Compromissivos*: consiste em comprometer o locutor com uma linha de ação.
- *Expositivos*: “ligados a atos de exposição envolvendo a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências.”
- *Comportativos*: relativos ao comportamento e à sorte de outra pessoa diante da conduta passada ou iminente de alguém.

Essa classificação serviu como base para outras classificações propostas por estudiosos, porém para o nosso estudo destacamos apenas as considerações teóricas da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002), a qual destacamos a seguir.

2.2- Classificação de Searle (1969)

Observando a classificação de Austin, Searle detecta algumas lacunas e a partir daí propõe uma reclassificação dos atos. Apesar de algumas críticas que faz à anterior, ele deixa bem claro que sua classificação não é em nada oposta à de Austin, mas sim uma tentativa de aprimoramento da primeira.

Ele elabora doze dimensões significativas de variação como forma de distinção dos atos ilocucionários, pois nos afirma que “... há diferentes espécies de diferenças que nos permitem dizer que a força dessa emissão é diferente da força daquela emissão.” (SEARLE 2002, p. 2-3). As doze dimensões propostas são:

1. Diferença quanto ao propósito do (tipo de) ato;
2. Diferença quanto à diferença do ajuste entre as palavras e o mundo;
3. Diferença quanto aos estados psicológicos expressos;
4. Diferença quanto à força ou vigor;
5. Diferença quanto ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que isso concerne à força ilocucionária da emissão;
6. Diferença quanto ao modo como a emissão se relacionam com os interesses do falante e do ouvinte;
7. Diferença quanto às relações com o resto do discurso;
8. Diferença quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária;
9. Diferença entre os atos que devem sempre ser atos de fala e os que podem, mas não precisam ser realizados como atos de fala;
10. Diferença entre os atos que requerem e os que não requerem instituições extralinguísticas para a sua realização;

11. Diferença entre os atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem uso performativo e aqueles em que isso não acontece;

12. Diferença quanto ao estilo de realização do ato ilocucionário.

Embora Searle aponte doze dimensões para a distinção dos atos ilocucionários, conforme apresentamos anteriormente, sua classificação toma como base apenas os três primeiros aspectos:

a) O propósito ilocucionário: que está ligado à pretensão que o falante tem ao emitir determinado enunciado. O propósito de um pedido, por exemplo, é fazer que o ouvinte realize algo.

b) A direção do ajuste entre as palavras e o mundo: ligado às relações com o mundo estabelecidas pelas palavras, por exemplo, ao fazer um pedido, o locutor quer fazer com que o mundo corresponda às palavras proferidas, nesse caso temos a direção do ajuste para pedido mundo-palavra. Observamos que um ato de fala, emitido via palavras, pode se tornar realidade.

c) Estado psicológico expresso relacionado à atitude, a um estado que o falante expressa ao realizar qualquer ato ilocucionário. Por exemplo, quem promete fazer algo, expressa a intenção de fazer algo. Searle destaca que o estado psicológico expresso em um ato ilocucionário é a condição de sinceridade de um ato.

A nova taxonomia do autor é composta então pelos seguintes tipos de atos:

Os *assertivos*, nos quais o propósito dos atos é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa. Esta é avaliada sob os critérios do *verdadeiro* e do *falso*. A direção do ajuste é palavra-mundo e o estado psicológico é crença que **P**.

Na segunda classe, temos os *diretivos*, cujo propósito ilocucionário consiste nas tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo. A direção do ajuste dessa categoria é o mundo-palavra e a condição de sinceridade é a vontade (ou desejo). Searle apresenta como uma subclasse dos diretivos as perguntas, pois ao fazer uma pergunta o falante tenta levar o ouvinte a responder algo, ou seja, a realizar um ato de fala.

Na classe dos *compromissivos* se seguem todas as definições da classificação anterior. A diferença é que o propósito é comprometer o próprio falante com uma linha de ação futura.

A direção de ajuste é mundo-palavra e o conteúdo proposicional é sempre que o falante **F** faça alguma ação futura **A**.

Os *expressivos* são atos nos quais a intenção é transmitir um estado psicológico. Nessa categoria não há direção de ajuste, pois não se pretende que o mundo corresponda às palavras nem que as palavras correspondam ao mundo; a verdade da proposição expressa é pressuposta. São os casos de *desculpar-se, congratular, parabenizar, etc.*

A quinta e última classe é a das *declarações*. Esta classe, quando bem sucedida, apresenta uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, o “dizer faz existir”. A direção do ajuste para essa classe é tanto palavra-mundo quanto mundo-palavra, e não há condição de sinceridade.

Após essa breve apresentação da classificação dos atos ilocucionários em Austin e em Searle, apresentamos a seguir alguns atos e algumas discussões sobre eles.

3- Identificação dos Atos de Fala

Realizamos nossa análise e classificação das questões da seção de interpretação de texto tomando como base a classificação proposta por Searle (1969, 2002). Escolhemos essa classificação por julgarmos ser a mais adequada para o nosso estudo, uma vez que apresenta a categoria dos diretivos, que acreditamos ocupar espaço privilegiado na seção de interpretação de texto da coleção analisada.

Conforme nossa análise, podemos classificar as questões em três tipos: os diretivos, os assertivos e diretivos, e os declarativos e diretivos. Destacamos a seguir, por meio de exemplos, que tipos de atos de fala caracterizam essas questões.

3.1- Atos de fala declarativos e diretivos

No *corpus* analisado, pudemos perceber que algumas questões apresentam uma definição. Conforme nos apresenta Mari (2001), as definições consistem em um modelo de realização dos declarativos, sendo um modelo menos institucionalizado desse tipo de ato ilocucional. Utilizando o exemplo: “A favela é a legítima manifestação da arquitetura brasileira”, Mari nos dá a seguinte explicação:

Toda definição, como um ato declarativo, destina-se a legislar ou sobre o universo da linguagem ou, em particular, sobre um universo de coisas. A partir da definição de um termo (favela), uma realidade conceitual (legítima manifestação da arquitetura brasileira) torna-se a ele associada e pode ser considerada, do ponto de vista do locutor, como já existente. (MARI, 2001, p. 116)

Dessa forma, tomando como base essa concepção estabelecida por Mari (2001) podemos identificar algumas questões como atos de fala declarativo. Vamos aos exemplos:

(1) *Literalmente, paradoxo é o “conceito que é ou parece contrário ao comum”. Explique o verso “A novidade era o máximo / Do paradoxo estendido na areia.” (p.133, questão 2, volume 3)*

(2) *Antítese é uma figura pela qual se salienta a oposição entre duas palavras ou ideias. Aponte um exemplo de antítese no texto. (p. 133, questão 4, volume 3)*

Enquanto ato de fala declarativo, as definições têm a direção do ajuste dupla mundo-palavra e palavra-mundo, pois quando definimos algo estamos fazendo com que nossas palavras correspondam àquilo que já existe (mundo-palavra), assim como também estamos fazendo com que o que já existe ajuste o que vamos proferir (palavra-mundo). Assim, temos uma correspondência entre a realidade e o conteúdo proposicional. Notamos também que essas questões apresentam em seguida um ato diretivo.

3.2- Atos de fala assertivos e diretivos

Identificamos no *corpus* analisado algumas questões que apresentam informações por meio de afirmações sobre o texto, sobre o autor do texto ou sobre algum assunto trabalhado. Por apresentarem afirmações consideramos esse tipo de questão como ato ilocucional assertivo, pois ao afirmarmos estamos nos comprometendo com a verdade expressa, temos a crença (que p), características dos atos de fala assertivos.

Observamos que esse tipo de ato introduz outro tipo, os *diretivos*, como podemos observar em:

(3) *Leia em voz alta as seguintes palavras:... justifique com elas a afirmação: em alguns casos, uma mesma letra pode representar diferentes fonemas e uma letra pode representar dois fonemas. (p.19 questão 6, volume 1)*

(4) *No texto, o fonema /z/ aparece representado graficamente de três maneiras. Aponte-as e extraia exemplos no texto. (p.33 questão 6, volume 1)*

(5) “Em “*quente, muito quente*”, observamos uma gradação. Comente-a.” (p.61, questão 4, volume 2)

(6) *O poema tem a estrutura de um diálogo. Caracterize os interlocutores e identifique a fala de cada um.* (p. 237, questão 1, volume 3)

Notamos que o fato do ato assertivo introduzir um ato diretivo não acontece por acaso, pois funciona como preparação para o diretivo, que, por sua vez, exige uma compreensão e aceitação do assertivo apresentado. Assim, temos uma linearidade na sequencia dos atos ilocucionais apresentados, isto é, o assertivo apresenta algo que deve ser considerado na realização do diretivo.

3.3- Atos de fala diretivos

Como podemos observar, as questões até aqui apresentadas trazem sempre o ato de fala diretivo, seja por meio de pergunta ou de ordem, acompanhado ou não de um ato assertivo e/ou declarativo (definição). Podemos justificar a presença do ato diretivo pelo fato de o propósito das atividades presentes em um livro didático ser o de fazer o aluno realizar uma ação, mostrar que aprendeu, e a maneira utilizada para se conseguir essa ação é por meio de uma ordem de um pedido, de um despertar de linha de ação futura pelo outro, ou seja, por meio de um ato diretivo.

O ato de fala diretivo tem um número maior de ocorrência no *corpus* analisado. Essa predominância nos leva a crer que é legítima a ideia que, ao proferirmos um ato de fala, estamos sempre almejando uma ação do interlocutor. No caso do livro didático, espera-se que o aluno seja capaz de realizar as atividades, como nos exemplos abaixo:

(7) *Retire do texto exemplos de sintagmas introduzidos por preposição nos seguintes casos...* (p.72, questão2, volume 1)

(8) *Releia o título do artigo e classifique as palavras rosa e verão, observando seu comportamento morfossintático.* (p.16, questão 1, volume 2)

(9) *Justifique a pontuação do último período do texto.* (p.61, questão 9, volume 2)

(10) *Re-escreva o texto, pontuando-o a fim de preservar a coesão textual e, se necessário, adequando-o ao padrão formal culto.* (p. 163, questão 2, volume 3)

Nestes casos, percebemos que o ato de fala é direto, ou seja, é realizado através de formas linguísticas especializadas para tal fim. Em 10, por exemplo, o verbo **reler** aparece no imperativo, propondo ao leitor a ação de ler novamente parte do texto apresentado, dessa maneira, podemos dizer que se trata de um ato de fala diretivo realizado de forma direta, pois pretende-se que o interlocutor realize a ação expressa no ato de fala.

Porém, há também os atos diretivos que são realizados de forma indireta; são os chamados atos *indiretos*. Veja o exemplo:

(11) *Para justificar a grafia do fonema (□) nas palavras imagem, agilidade, e agir, é possível fazer referência a duas regras: grafam-se com g as palavras terminadas e **agem, ígem, ugem**, e, aos a inicial, grafam-se **ge** ou **gi**.*

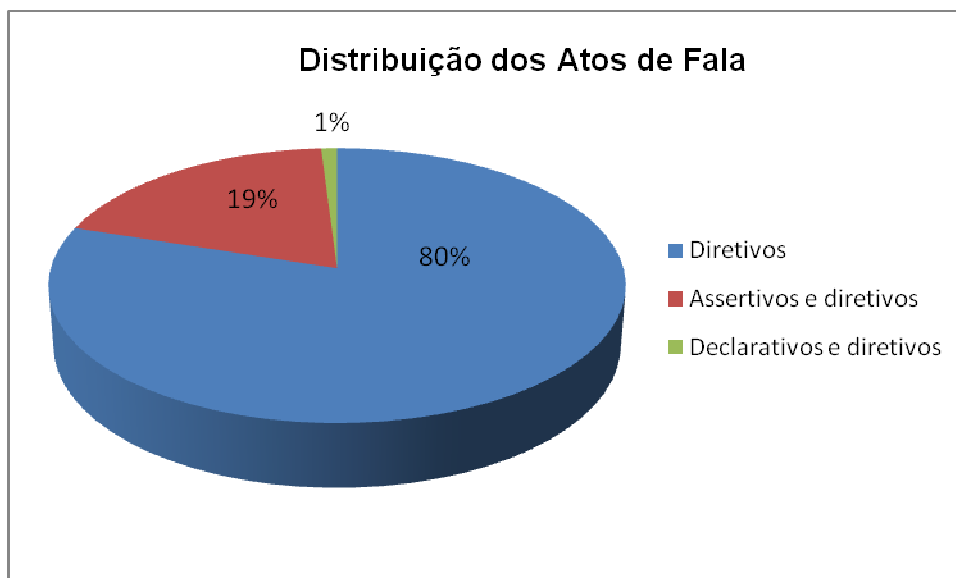
(12) *Agora, como podemos justificar a grafia de palavras como tragédia, página, emergência, geral ?(p.33, questão 5, volume 1)*

Nesta elocução, o que o locutor quer não é fazer uma pergunta, mas dar uma ordem ao leitor, atualizando-se com a seguinte forma: “justifique a grafia de palavras como...”, esperando que o aluno responda o que ele pede, dessa forma, temos um diretivo realizado de forma indireta.

De acordo com a classificação que estabelecemos, tomando como base a taxonomia de Searle (1969, 2002), as questões analisadas apresentam-se enquanto atos ilocucionários como: declarativos (definições) e diretivos; assertivos (afirmações) e diretivos; e somente diretivos. A presença do ato diretivo está ligada ao objetivo das questões, levar o aluno a realizar uma ação. Assim, podemos considerar o ato diretivo, presente nas questões, como o ato principal, e os atos assertivos e declarativos como atos que preparam para a realização do diretivo. No *corpus*, não encontramos o ato de fala expressivo, pois esse tipo de ato expressa estado psicológico do locutor diante de determinada situação, o que não é comum aparecer em um livro didático.

Com relação ao fato das questões apresentarem atos de fala mesclados: assertivo e diretivo, declarativos e diretivos, observamos que Van Dijk (1992) chama a atenção para esse fato, afirmando que em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de ato, há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. No nosso caso, o objetivo principal é o de fazer o aluno realizar uma ação. Podemos considerar, então, como ato principal das questões da seção analisada, o ato diretivo.

Em nossa classificação obtivemos um número considerável de ocorrência dos atos de fala, que nos permitiu dar um tratamento quantitativo aos dados, como podemos observar no gráfico a seguir:



No gráfico acima estão reunidos os atos de fala do livro *Português: Ensino Médio*, nos volumes 1, 2 e 3. De um total de 200 atos de fala, os diretivos correspondem a 80%, os assertivos e diretivos 19%, e os declarativos e diretivos 1%.

As questões que possuem perguntas diretas apresentam um ato *diretivo* que pretende ter como resposta um ato *assertivo* com valor de verdade.

Quanto à posição dos interlocutores ou *condições preparatórias*, há em todo o exercício uma superioridade do locutor, pois ele tem consigo a condição de poder de mandar que o aluno realize qualquer atividade. No que diz respeito às respostas, pode-se dizer que elas são atos *assertivos*, na medida em que o autor se compromete com a verdade das respostas das questões.

A direção de ajustamento entre mundo e palavra é, na maioria dos casos, mundo-palavra, pois o leitor é que vai ajustar suas ações ao conteúdo da proposição para que o exercício possa ser considerado acabado.

4- Conclusão

O conjunto de observações expostas neste artigo concretiza a principal máxima usada na TAF: “todo dizer é um fazer”, pois todas as questões possuem comandos que orientam ações futuras ou submetem suas sentenças aos critérios de verdade e falsidade descritos pelos estudiosos.

É possível também dizer que a maioria dos comandos encontrados na seção de interpretação de texto tem como objetivo orientar uma ação futura do leitor/aluno para que este, na medida em que aprenda a pensar da forma desejada, alcance o aprendizado que os produtores do livro desejam para o alunado. Assim, o cumprimento das atividades ditadas significa a satisfação do ato. Além disso, percebe-se que o locutor possui um lugar privilegiado sobre o interlocutor, pois tem uma posição totalmente hierárquica com relação ao leitor. O primeiro tem a posição de detentor do saber, enquanto o último é o que quando realiza as atividades passa a cumprir seu papel de quem ainda está no processo de formação.

Por fim, o presente artigo conseguiu encontrar vários atos de fala na seção de interpretação de texto, mostrando a convivência natural do ser humano com atos que orientam comandos sem que muitas das vezes sejam percebidos.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

CHABROL, M. Bromberg. Por uma classificação dos atos de fala. In: MARI, Hugo *et alii*. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. pp. 133-153.

DE NICOLA, José. **Português: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguagem e ação. In: **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: contexto, 2001. pp. 13-28.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo *et alii*. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE / UFMG, 2001.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala**. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002. pp. 01-50.

VANDERVEKEN, D. . **Les Actes de Discours**. Belgica: Pierre Mardaga, 1988. v. 1. 226 p.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. In: **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992. pp. 74-98.

ⁱ Graduando em Letras na Universidade Federal de Sergipe, é integrante da equipe executora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PIBIC/CNPq). E-mail: jorge77706@hotmail.com

ⁱⁱ Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe, é integrante da equipe executora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PICVOL/PIBIC/CNPq). E-mail: jaquelinesnascimento@gmail.com

ⁱⁱⁱ Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe, é integrante da equipe executora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PIBIC/CNPq). E-mail: Simone_u6fernandes@hotmail.com

^{iv} Doutora em Letras (UFPB), área de concentração em linguística/língua portuguesa, professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, é coordenadora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PICVOL/PIBIC/CNPq). E-mail: leilane3108@gmail.com